ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, CEP: 89745-000
Telefone: (49) 3457-1122, E-mail: licitacao@castellobranco.sc.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – TRADICIONAL
BEM COMUM (Art. 6º, XIII)

Código registro TCE: C49CE44F4971E92520593F11553D10557456F9CD

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Ata de Registro de Preços (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Contrato Administrativo (regras para formalização, gestão e fiscalização)
20. Recebimento do objeto
21. Pagamento
22. Penalidades
23. Disposições finais
24. Anexos:
- **I -** Estudo Técnico Preliminar – ETP
- **II -** Termo de Referência – TR
- **III -** Declaração inexistência de impedimentos
- **IV -** Declaração LGPD
- **V -** Declaração para LC 123/2006
- **VI -** Proposta + Declaração art. 63, § 1º
- **VII -** Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação (facultativa)
- **VIII -** Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social
- **IX -** Ata de Registro de Preços
- **X -** Contrato Administrativo

1. PRÊAMBULO

1.1. O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.777.244/0001-40, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte **Processo Licitatório nº 107/2026, Pregão Eletrônico nº 54/2026**, sendo:

I - Regime legal: Lei nº 14.133/2021 e Legislação Municipal Decreto Nº 5.084/23.
II - Modalidade: Pregão (art. 6º, XLI)
III - Critério de Julgamento:
a) Menor preço (art. 34);
IV - Modo de disputa:
a) Aberto (art. 56, I e § 2º)
V - Forma: Eletrônica (art. 17, § 2º)
VI - Plataforma: www.portaldecompraspublicas.com.br

a) O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br;***
b) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
c) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
d) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
e) A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

VII - Data da Sessão Pública: 02/12/2026.
a) 08 dias úteis (art. 55, II, "a")
VIII - Horário de início da Sessão Pública: 08h00min (horário de Brasília/DF)
IX - Cadastro da proposta: Até as 07h00min (horário de Brasília/DF)
X - Condução do processo licitatório: Pregoeiro **Edenilson Domingos Zeni** e Equipe de Apoio – servidores designados pela Portaria Municipal nº P/1.023/2024.

2. OBJETO

2.1. O objeto deste processo licitatório é a aquisição de materiais de construção diversos, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital e seus anexos.

2.1.1 O objeto é composto pelos seguintes itens:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNID	20	Abraçadeira de Inox para Mangueira de 5/8 Pol. (UND)	R$ 2,67	R$ 53,40
02	UNID	10	Abraçadeira de metal reforçada para fixação de mangueira flexível cromada de gás	R$ 3,21	R$ 32,10
03	PAC	18	Abraçadeira plástica de nylon (enforca gato) 150x2,5mm com 100 und (PAC)	R$ 11,91	R$ 214,38
04	PAC	14	Abraçadeira plástica de nylon (enforca gato) 200x4,8mm com 100 und (PAC)	R$ 26,22	R$ 367,08
05	UNID	10	Adaptador pvc soldável com flange e anel de vedação 25mm x 3/4"	R$ 19,97	R$ 199,70

06	UNID	50	Adaptador pvc soldável curto com bolsa e rosca 25mm x 3/4" para água fria (UND)	R$ 1,63	R$ 81,50
07	UNID	10	Aditivo impermeabilizante para argamassas líquido 1 litro (UND)	R$ 17,99	R$ 179,90
08	UNID	20	Aditivo plastificante para argamassas líquido 1 litro (UND)	R$ 19,01	R$ 380,20
09	UNID	3	Alicate de pressão 10" (UND)	R$ 22,95	R$ 68,85
10	UNID	3	Alicate universal 8" profissional com cabo isolado (UND)	R$ 42,68	R$ 128,04
11	ROLO	3	Arame farpado galvanizado, 16 bwg, (1,65mm), classe 250, rolo 500 metros (RL)	R$ 401,21	R$ 1.203,63
12	KG	42	Arame liso, de aço galvanizado, 14 BWG, 2,10mm rolo 1 kg. (KG)	R$ 21,29	R$ 894,18
13	KG	20	Arame liso, de aço galvanizado, 16 BWG, 1,65mm rolo 1 kg. (KG)	R$ 21,50	R$ 430,00
14	KG	47	Arame liso, de aço galvanizado, 18 BWG, 1,24mm rolo 1 kg. (KG)	R$ 20,26	R$ 952,22
15	M³	32	Areia lavada (fina, média ou grossa) com frete (M³)	R$ 216,51	R$ 6.928,32
16	SCO	43	Argamassa AC2, uso externo e interno 20kg (SCO)	R$ 21,01	R$ 903,43
17	SCO	59	Argamassa AC3, uso externo e interno 20kg (SCO)	R$ 26,93	R$ 1.588,87
18	UNID	10	Assento sanitário almofadado em polietileno. (UND)	R$ 50,60	R$ 506,00
19	UNID	10	Assento sanitário almofadado infantil (UND)	R$ 61,79	R$ 617,90
20	UNID	30	Assento sanitário plástico universal. (UND)	R$ 29,95	R$ 898,50
21	BAR	35	Barra de ferro Vergalhão CA-50, 10,0mm, 3/8", nervurado, 12 metros (BAR)	R$ 52,50	R$ 1.837,50
22	BAR	17	Barra de ferro Vergalhão CA-50, 16,0mm, 5/8", nervurado, 12 metros (BAR)	R$ 121,58	R$ 2.066,86
23	BAR	42	Barra de ferro Vergalhão CA-50, 8,0mm, 5/16", nervurado, 12 metros (BAR)	R$ 34,09	R$ 1.431,78
24	BAR	50	Barra de ferro Vergalhão CA-60, 4,2mm, nervurado, 12 metros (BAR)	R$ 12,25	R$ 612,50
25	BAR	50	Barra de ferro Vergalhão CA-60, 5,0mm, nervurado, 12 metros (BAR)	R$ 14,68	R$ 734,00
26	UNID	400	Bloco concreto com no mínimo 14x19x39 perfil "U", primeira qualidade, devendo apresentar tamanho, cor e superfície uniformes, livres de rachaduras, trincas, quebras, deformações ou irregularidades, COM FRETE (UND)	R$ 4,56	R$ 1.824,00
27	UNID	800	Bloco concreto com no mínimo 14x19x39, primeira qualidade, devendo apresentar tamanho, cor e superfície uniformes, livres de rachaduras, trincas, quebras, deformações ou irregularidades, COM FRETE (UND)	R$ 4,67	R$ 3.736,00
28	UNID	450	Bloco concreto com no mínimo 9x19x39, primeira qualidade, devendo apresentar tamanho, cor e superfície uniformes, livres de rachaduras, trincas, quebras, deformações ou irregularidades, COM FRETE (UND)	R$ 4,05	R$ 1.822,50
29	TON	1000	Brita Graduada Simples (tonelada), incluso frete (T)	R$ 83,83	R$ 83.830,00
30	M³	50	Brita nº 01 com frete por metro cúbico (M³) a ser entregue em pequenas quantidades	R$ 138,59	R$ 6.929,50
31	TON	500	Brita número 01, por tonelada, com frete (t)	R$ 79,65	R$ 39.825,00
32	UNID	5	Broca para alvenaria widea, forjada, 10,0mm (UND)	R$ 4,51	R$ 22,55
33	UNID	5	Broca para alvenaria widea, forjada, 5,0mm (UND)	R$ 2,65	R$ 13,25
34	UNID	5	Broca para alvenaria widea, forjada, 6,0mm (UND)	R$ 3,36	R$ 16,80
35	UNID	5	Broca para alvenaria widea, forjada, 8,0mm (UND)	R$ 4,02	R$ 20,10
36	UNID	5	Broca para metal aço rápido, forjada, 10,0mm (UND)	R$ 12,61	R$ 63,05
37	UNID	5	Broca para metal aço rápido, forjada, 12,0mm (UND)	R$ 13,32	R$ 66,60
38	UNID	5	Broca para metal aço rápido, forjada, 6,0mm (UND)	R$ 1,86	R$ 9,30
39	UNID	5	Broca para metal aço rápido, forjada, 8,0mm (UND)	R$ 6,06	R$ 30,30
40	UNID	5	Broca para metal aço rápido, forjada, 9,0mm (UND)	R$ 11,95	R$ 59,75
41	UNID	4	Broxa retangular para pintura, tam. 15,5cm x 5,5 cm, larg. x comp., cabo em polipropileno resistente, cerdas sintéticas medindo 60,0mm (UND)	R$ 15,78	R$ 63,12
42	M	400	Cabo cobre flexível 1x 10mm² isolado hepr 0,6/1kv 90° nbr 13248 (M)	R$ 11,68	R$ 4.672,00
43	M	600	Cabo de cobre flexível isolado PVC 450/750V 1,5mm2 resistente a chamas ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 1,56	R$ 936,00

44	M	400	Cabo de cobre flexível isolado PVC 450/750V 2,5mm2 resistente a chamas ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 1,93	R$772,00
45	M	400	Cabo de cobre flexível isolado PVC 450/750V 4mm2 resistente a chamas ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 4,04	R$ 1.616,00
46	M	300	Cabo de cobre flexível isolado PVC 450/750V 6mm2 resistente a chamas ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 8,13	R$ 2.439,00
47	M	150	Cabo de cobre flexível PP 2x2,50mm ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 6,85	R$ 1.027,50
48	M	50	Cabo de cobre flexível PP 2x4,00mm ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 8,60	R$ 430,00
49	UNID	10	Cabo de ferramenta, enxada/enxadão, de madeira 1,50 metros, altamente resistente. (UND)	R$ 20,96	R$ 209,60
50	M	150	Cabo paralelo de cobre flexível isolado PVC 2x1,5mm resistente a chamas ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 3,76	R$ 564,00
51	M	50	Cabo paralelo de cobre flexível isolado PVC 2x2,5mm resistente a chamas ABNT NBR NM 247-3 (M)	R$ 5,56	R$ 278,00
52	UNID	11	Cadeado autoblocável haste reforçada, cementada e temperada, acabamento cromado, corpo de latão maciço, 50 mm, com duas chaves (UND)	R$ 45,08	R$ 495,88
53	UNID	5	Cadeado em latão de 20 mm Corpo em latão maciço acompanha duas chaves em latão. Autoblocavel com trava oblíqua. Haste: 20 mm (UND)	R$ 16,82	R$ 84,10
54	UNID	5	Caixa d'água em polietileno 1000 litros com tampa (UND)	R$ 426,57	R$ 2.132,85
55	UNID	5	Caixa d'água em polietileno 500 litros com tampa (UND)	R$ 273,32	R$ 1.366,60
56	UNID	3	Caixa de descarga de plastico externa, de *9* l, puxador fio de nylon, incluso cano, bolsa, engate (UND)	R$ 24,77	R$ 74,31
57	UNID	3	Caixa de descarga para vaso sanitário acoplada de porcelana, completa com kit boia, acionamento por botão ou alavanca, 6 litros (UND)	R$ 223,89	R$ 671,67
58	SCO	70	Cal em pó para pintura c/ fixador, saco c/ 8kg, com rendimento aproximado de 6 m². Produto com Selo de Qualidade da Associação Brasileira dos Produtores de Cal (ABPC). (SCO)	R$ 18,90	R$ 1.323,00
59	METRO	100	Calha quadrada de chapa de aço galvanizado num 26 (0,50mm) corte 33cm (M)	R$ 46,11	R$ 4.611,00
60	METRO	65	Calha quadrada de chapa de aço galvanizado num 26 (0,50mm) corte 50cm (M)	R$ 59,57	R$ 3.872,05
61	KG	105	Cantoneira (abas iguais) aço carbono, DIVERSOS TAMANHOS E ESPESSURAS, BARRAS DE 6 METROS, PREÇO POR KG (KG)	R$ 10,86	R$ 1.140,30
62	UNID	15	Capa para chuva em pvc sem forro, com capuz, fechamento frontal com botões, tamanhos m, g, gg (UND)	R$ 20,69	R$ 310,35
63	UNID	4	Carretel para roçadeiras, marca Husqvarna 143 R (UND)	R$ 108,58	R$ 434,32
64	UNID	4	Carretel para roçadeiras, marca Stihl FS 160 (UND)	R$ 110,60	R$ 442,40
65	UNID	4	Carretel para roçadeiras, marca Vulcan importada (UND)	R$ 94,52	R$ 378,08
66	UNID	5	Cavadeira articulada, material aço SAE 1042, comprimento das garras 28cm, cabo de 1,20m	R$ 40,00	R$ 200,00
67	UNID	2	Cavadeira reta, tipo alavanca, em aço temperado, com cabo metálico com socador na extremidade superior, ponta 10cm x altura 2,50m	R$ 206,23	R$ 412,46
68	UNID	7	Cera em pasta para madeira, de carnaúba, em embalagem de no mínimo 350g	R$ 31,98	R$ 223,86
69	UNID	7	Chave Fenda, 200mm ponta magnetizada, haste de aço carbono, acabamento cromado, cabo emborrachado (UND)	R$ 23,41	R$ 163,87
70	UNID	7	Chave Fhillips 200mm ponta magnetizada, haste de aço carbono, acabamento cromado, cabo emborrachado (UND)	R$ 17,94	R$ 125,58
71	UNID	4	CHUVEIRO ELÉTRICO COM RESISTÊNCIA BLINDADA, MÍNIMO 5500W	R$ 209,93	R$ 839,72
72	UNID	5	CHUVEIRO ELÉTRICO MÍNIMO 5500W	R$ 71,72	R$ 358,60
73	UNID	8	Cilindro Tambor Miolo de Fechadura Cromado, para uso externo, com duas chaves. (UND)	R$ 27,11	R$ 216,88
74	SCO	135	Cimento tipo CP II E32 (saco com 50 kg), conforme ensaio de cimento Portland NBR 7215 e NBR 11578. O produto deverá manter as condições de uso inalteradas pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da	R$ 46,12	R$ 6.226,20

			data de entrega. O produto a ser entregue não poderá ter sua data de fabricação superior a 30 (trinta) dias. (SCO)		
75	UNID	3	Cinta de amarração capacidade de carga 2 tonelada 6 metros com catraca (M)	R$ 66,79	R$ 200,37
76	UNID	4	Cinta de amarração capacidade de carga 5 toneladas 9 metros com catraca (M)	R$ 110,85	R$ 443,40
77	UNID	3	Cinta fita para reboque, capacidade 20 toneladas, 9 metros de comprimento, largura 100mm (M)	R$ 256,89	R$ 770,67
78	UNID	3	Cinto de ferramentas em couro para pedreiro/carpinteiro, 8 compartimentos de lona, poliester ou nylon (UND)	R$ 116,28	R$ 348,84
79	UNID	5	Cinto duplo para roçadeiras, base em polietileno, com gancho em aço para maior firmeza, alças com regulagem de altura e revestimentos almofadado, espuma em poliuretano. Cinto compatível com roçadeiras (UND)	R$ 68,25	R$ 341,25
80	UNID	30	Clips grampo para cabo de aço 9,52mm 3/8" (UND)	R$ 2,88	R$ 86,40
81	M³	20	Concreto usinado FCK 25 MPa, C/ B0 B1, slump 12 +- 2cm, incluso bombeamento através de mangote, quantidade mínima do pedido 3m3, COM FRETE (M³)	R$ 639,45	R$ 12.789,00
82	UNID	6	Cone de sinalização, fabricados em polietileno/polipropileno de alta resistência, com proteção contra raios solares, com aproximadamente 75cm de altura, Laranja/branco, com 02 faixas refletivas. Conforme ABNT. (UND)	R$ 41,91	R$ 251,46
83	M	61	Corda 12mm Poliamida Trançada Nr18 Tipo Bombeiro preço por metro, densidade mínima 95g/m, carga de ruptura 2.244kgf (M)	R$ 4,18	R$ 254,98
84	M	60	Corda de nylon trançado 14 mm a 16 mm preço por metro (M)	R$ 4,62	R$ 277,20
85	M	220	Corda de Nylon trançado 5mm preço por metro (M)	R$ 0,99	R$ 217,80
86	M	150	Corda de Nylon trançado 8mm preço por metro (M)	R$ 3,56	R$ 534,00
87	UNID	200	Corda De Poliester Amarrar 6mm X 100mt Branca	R$ 1,01	R$ 202,00
88	UNID	4	Corrente para motossera, diversos tamanhos 10", 12" e 14", preço por unidade (UND)	R$ 85,23	R$340,92
89	UNID	45	Cumeira normal universal de fibrocimento medindo aproximadamente 1,10m x 0,60m (comprimento x largura), 6mm compatível com inclinação de 10° a 30° graus. (UND)	R$ 47,31	R$ 2.128,95
90	UNID	3	Desempenadeira dentada de aço inox, lisa, 24 x 12 x 13cm, cabo em plástico ou madeira (UND)	R$ 21,26	R$ 63,78
91	UNID	4	Disco de corte diamantado indicado para alvenaria, diâmetro externo: 110mm, diâmetro do furo 20 mm acompanhado de bucha de redução para 16mm (UND)	R$ 14,27	R$ 57,08
92	UNID	14	Disco de corte para aço, diâmetro externo: 4.1/2"mm, diâmetro do furo 20 mm acompanhado de bucha de redução para 16mm, espessura 1,6mm (UND)	R$ 2,78	R$ 38,92
93	UNID	17	Disco de feltro de enceradeira, diametro: 350, espessura: 25, material: fibras sintética de alta qualidade, orificio central: 85, podendo ser nas cores: preto uso: removedor, verde uso: limpador, branco uso: lustrador, conforme pedido	R$ 29,75	R$ 505,75
94	UNID	100	Disco flap 4.1/2 " (115mm x 22 mm) Grana 80 (UND)	R$ 13,31	R$ 1.331,00
95	UNID	4	Disco Lamina Serra Madeira Makita 4.5 115 Mmx22 Mm 40 Dentes (UND)	R$ 52,09	R$ 208,36
96	UNID	3	Disjuntor Baixa Tensão funcionamento: termomagnético, número pólos: 4, corrente nominal: 63, tipo: dr, tensão nominal: 127/220, curva de disparo: c, sensibilidade: 300ma	R$ 135,50	R$ 406,50
97	UNID	1	Disjuntor termomagnetico tripolar 100a (UND)	R$ 122,23	R$ 122,23
98	UNID	1	Disjuntor termomagnetico tripolar 125a (UND)	R$ 154,62	R$ 154,62
99	UNID	22	Dobradiça em aço/ferro, 3 1/2" x 3", e= 1,9 a 2 mm, com anel, cromado ou zincado, tampa bola, com parafusos, para portas (UND)	R$ 5,53	R$ 121,66
100	UNID	9	Dobradiça para porteira reforçada comprimento total 25cm, largura 8cm (UND)	R$ 36,94	R$ 332,46
101	KG	14	Eletrodo para solda aço 2,5mm preço por kg (KG)	R$ 24,03	R$ 336,42
102	KG	28	Eletrodo para solda aço 4mm preço por kg (KG)	R$ 23,82	R$ 666,96
103	UNID	1	Enceradeira tipo: industrial, potência motor: 0,75 hp, tipo motor: monofásico, tensão alimentação: 220, diâmetro	R$ 2.754,20	R$ 2.754,20

			escova: 350, características adicionais: escova de pêlo, suporte madeira e lixa		
104	UNID	14	Engate Flexível 40cm 1/2" Água Fria Pvc (UND)	R$ 7,80	R$ 109,20
105	UNID	10	Engate Flexível 60cm 1/2" Água Fria Pvc (UND)	R$ 10,02	R$ 100,20
106	UNID	4	Enxada tam. 1,5 forjada em aço carbono especial de alta qualidade e com pintura eletrostática a pó, com 200mm de larg. e 197mm de Alt., com olho de 38mm e com cabo de madeira de 150cm	R$ 47,14	R$ 188,56
107	UNID	3	Enxadão estreito 2.5 forjado em aço carbono especial de alta qualidade e com pintura eletrostática a pó, com 140mm de larg. e 271mm de Alt., com olho de 38 mm e com cabo de madeira de 150 cm. (Ref. Tramontina ou equivalente). (UND)	R$ 53,37	R$ 160,11
108	UNID	2	Escada doméstica dobrável com no mínimo 7 degraus estrutura em alumínio, Dimensões aproximadas do produto AxLxP 96x46x159cm. (UND)	R$ 230,68	R$ 461,36
109	UNID	1	Esmerilhadeira lixadeira angular 4 ½ polegada 850w, 220v (especificações mínimas) (UND)	R$ 459,77	R$ 459,77
110	UNID	5	Espude p./ vaso sanitário (UND)	R$ 7,31	R$ 36,55
111	UNID	8	Espuma expansiva de poliuretano para instalação de aberturas 500ml (UND)	R$ 14,19	R$ 113,52
112	UNID	8	Extintor de incendio portatil com carga de agua pressurizada de 10 l, classe a (UND)	R$ 150,96	R$ 1.207,68
113	UNID	17	Extintor de incendio portatil com carga de po quimico seco (pqs) de 4 kg, classe abc (UND)	R$ 170,41	R$ 2.896,97
114	UNID	8	Extintor de incendio portatil com carga de po quimico seco (pqs) de 6 kg, classe abc (UND)	R$ 210,27	R$ 1.682,16
115	UNID	3	Facão mato 16" (UND)	R$ 40,89	R$ 122,67
116	UNID	14	Ferrolho fio redondo 3" (UND)	R$ 5,72	R$ 80,08
117	M	750	Fio de nylon, produzido com nylon virgem não reciclado, 1,6mm para cortador de grama/roçadeira, quadrado, preço por metro (M)	R$ 0,97	R$ 727,50
118	M	750	Fio de nylon, produzido com nylon virgem não reciclado, 3mm para cortador de grama/roçadeira, quadrado, preço por metro (M)	R$ 1,09	R$ 817,50
119	UNID	28	Fita isolante antichama 19mmx10m (largura x comprimento) (UND)	R$ 3,72	R$ 104,16
120	UNID	25	Fita veda rosca 18mmx10m (largura x comprimento) (UND)	R$ 2,83	R$ 70,75
121	UNID	4	Foice para roçada metálica fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, com olho de 32 mm de diâmetro e cabo de madeira de 120 cm (UND)	R$ 51,59	R$ 206,36
122	M²	75	Forro em madeira de encaixe, plainado, (eucalipto ou pinus) espessura 1cm, largura 10cm (M²)	R$ 29,17	R$ 2.187,75
123	M²	75	Forro PVC, liso, branco, régua de 20cm de largura e espessura de 10mm. (M²)	R$ 34,50	R$ 2.587,50
124	LATA	4	Fundo preparador a base de água, incolor, embalagem com 18lts (LT)	R$ 208,67	R$ 834,68
125	LATA	4	Fundo selador acrílico, embalagem com 18lts (LT)	R$ 83,53	R$ 334,12
126	LATA	3	Fundo sintético nivelador branco fosco para madeira, com no mínimo 3,6 litros. (LT)	R$ 73,07	R$ 219,21
127	LATA	3	Fundo zarcão para metais, inibidor de ferrugem, a base de solvente, 3,6l	R$ 78,15	R$ 234,45
128	UNID	21	Globo De Plástico Polietileno Esférico 30cm boca 15 (branco) para iluminação pública, sem lâmpada. (UND)	R$ 55,17	R$ 1.158,57
129	BD	5	Impermeabilizante tipo manta líquida, pronto para uso, base asfáltica, 18 litros (BD)	R$ 223,86	R$ 1.119,30
130	LATA	17	Impregnante para madeira verniz Stain 3,6 l (LT)	R$ 152,12	R$ 2.586,04
131	UNID	10	Joelho PVC 45° 100mm esgoto (UND)	R$ 7,15	R$ 71,50
132	UNID	3	Joelho pvc 45° 20mm água fria soldável (UND)	R$ 1,03	R$ 3,09
133	UNID	3	Joelho pvc 45° 25mm água fria soldável (UND)	R$ 1,32	R$ 3,96
134	UNID	10	Joelho pvc 45° 32mm água fria soldável (UND)	R$ 3,91	R$ 39,10
135	UNID	15	Joelho PVC 90° 100mm esgoto (UND)	R$ 7,18	R$ 107,70
136	UNID	60	Joelho pvc 90° 20mm água fria soldável (UND)	R$ 0,60	R$ 36,00
137	UNID	60	Joelho pvc 90° 25mm água fria soldável (UND)	R$ 0,73	R$ 43,80
138	UNID	15	Joelho PVC 90° 50mm esgoto (UND)	R$ 2,82	R$ 42,30
139	UNID	50	Joelho pvc 90° soldável com bucha de latão 20mmx1/2" água fria (UND)	R$ 4,40	R$ 220,00

140	UNID	20	Joelho pvc 90° soldável com bucha de latão 25mmx1/2" água fria (UND)	R$ 4,69	R$ 93,80
141	UNID	15	Joelho pvc 90° soldável com bucha de latão 25mmx3/4" água fria (UND)	R$ 5,64	R$ 84,60
142	UNID	1	Jogo de chave de boca do nº 6 ao 32, 13 peças, completo, de primeira qualidade, aço cromo vanádio (JG)	R$ 335,95	R$ 335,95
143	UNID	5	Junção pvc 50x50mm esgoto (UND)	R$ 6,89	R$ 34,45
144	KIT	5	Kit completo para torneira boia para caixa acoplada de vaso sanitário 6 litros, incuso boia, anel de vedação, parafusos de fixação da bacia, feito em plastico resistente, com regulagem de altura do volume de descarga, pressão de trabalho de 2 a 40mca, acionamento por botão, garantia 12 meses. (KIT)	R$ 88,10	R$ 440,50
145	UNID	1	Kit esmerilhadeira a bateria com 2 baterias e carregador	R$ 1.674,16	R$ 1.674,16
146	UNID	1	Kit poste padrao celesc trifasico, Fornecimento de materiais e mão de obra para execução de Padrão de Entrada de Energia em poste de 8 metros, com 01 caixa para medidores tipo trifásico, entrada e saída de aérea, com disjuntor trifásico de 63A e todos os materiais necessários, mão de obra, instalados no município de Palmitos, de acordo com as normas vigentes da concessionária Celesc (Sem ramal de Saída)	R$ 2.548,36	R$ 2.548,36
147	UNID	5	Lâmina de serra manual de ferro starret 12" (UND)	R$ 9,72	R$ 48,60
148	UNID	5	Lâmina para roçadeira da marca Stihl, duas pontas, 350 x 25,4mm (UND)	R$ 68,59	R$ 342,95
149	UNID	5	Lâmina para roçadeira da marca Stihl, três pontas, 250 x 25,4mm (UND)	R$ 45,03	R$ 225,15
150	UNID	10	Lâmpada compacta LED 20W. (UND)	R$ 6,56	R$ 65,60
151	UNID	10	Lâmpada compacta LED 30W. (UND)	R$ 18,19	R$ 181,90
152	UNID	40	Lâmpada compacta LED 40W. (UND)	R$ 20,75	R$ 830,00
153	UNID	196	Lâmpada LED tubular T8 18w comprimento 120cm (UND)	R$ 12,77	R$ 2.502,92
154	UNID	4	Lápis para carpinteiro/pedreiro com no mínimo 17 cm de comprimento formato retangular. (UND)	R$ 3,05	R$ 12,20
155	UNID	3	Lavatório louça branca, suspenso, 39 x 27cm (medidas mínimas), comprimento x largura, com furo para torneira, inclusive parafusos para fixação e buchas (UND)	R$ 88,00	R$ 264,00
156	UNID	3	Lavatório pvc (plástico) branco, suspenso, 39 x 27cm (medidas mínimas), comprimento x largura, com furo para torneira, inclusive parafusos para fixação e buchas (UND)	R$ 51,25	R$ 153,75
157	UNID	7	Lima 5/32" x 8", comprimento 20cm fora cabo, fabricada em aço alto carbono, redonda, com cabo injetado, para afiação de dentes de motosserras (UND)	R$ 12,71	R$ 88,97
158	UNID	3	Lima chata murça 8", chata, retangular utilizada para desbastar e afiar ferramentas a base de metal com comprimento de lâmina 20cm (UND)	R$ 15,84	R$ 47,52
159	UNID	4	Linha pedreiro 0,80mm, rolo com 100m, nylon (UND)	R$ 8,43	R$33,72
160	UNID	19	Lixa d'agua em folha 25x25cm, granulometria variada 60 ~ 200, preço por unidade (UND)	R$ 1,22	R$ 23,18
161	ROLO	10	Lona plástica dupla face preta e branca, e=200 micras, fabricada com MATERIAL VIRGEM, 6 metros de largura por 50 metros de comprimento	R$ 694,88	R$ 6.948,80
162	ROLO	10	Lona plástica preta e=200 micras, fabricada com MATERIAL VIRGEM, 4 metros de largura por 50 metros de comprimento	R$ 399,99	R$ 3.999,90
163	ROLO	10	Lona plástica preta e=200 micras, fabricada com MATERIAL VIRGEM, 8 metros de largura por 50 metros de comprimento	R$ 401,20	R$ 4.012,00
164	M²	400	Lona plástica preta e=200 micras, largura variável, preço por metro quadrado (M²)	R$ 2,24	R$ 896,00
165	UNID	20	Luminária de emergência 30 leds, 2W, 6 horas de duração da bateria (UND)	R$ 24,11	R$ 482,20
166	UNID	20	Luminária de Emergência LED 1200 Lúmens (Bloco autônomo com 2 faróis LED direcionáveis) NBR 10898, acompanha parafusos e buchas, autonomia mínima 3 horas, vida útil mínima 200 ciclos, garantia 1 ano. (UND)	R$ 75,63	R$ 1.512,60

167	UNID	20	Luminária de sobrepor, dupla, para lâmpadas led T8, 1,20m, 220v.	R$ 131,70	R$ 2.634,00
168	UNID	29	Luva de algodão, reforçada com borracha (banhada em látex), palma antiderrapante (PAR)	R$ 14,49	R$ 420,21
169	UNID	15	Luva de borracha reforçada, anatômico, cano longo até altura do cotovelo, superfície antiderrapante em relevo, diversos tamanhos. Proteção contra agentes químicos, com selo de INMETRO, com Certificado de Aprovação. (PAR)	R$ 13,12	R$ 196,80
170	UNID	10	Luva de correr pvc pba com bolsa e anéis de vedação 32mm (UND)	R$ 12,15	R$ 121,50
171	UNID	50	Luva PVC soldável 20mm (UND)	R$ 0,66	R$ 33,00
172	UNID	50	Luva PVC soldável 25mm (UND)	R$ 0,73	R$ 36,50
173	UNID	20	Luva PVC soldável 32mm (UND)	R$ 2,06	R$ 41,20
174	UNID	20	Luva PVC soldável redução 25x20mm (UND)	R$ 1,64	R$ 32,80
175	UNID	20	Luva PVC soldável redução 32x25mm (UND)	R$ 2,52	R$ 50,40
176	UNID	30	Luva soldável com rosca pvc 25mm x 3/4" para água fria (UND)	R$ 5,34	R$ 160,20
177	M³	5	Madeira roliça bruta de eucalipto comum	R$ 977,92	R$ 4.889,60
178	M³	32	Madeira Roliça de eucalipto tratado diâmetro acima de 40cm, COM FRETE (M³)	R$ 1.927,69	R$ 61.686,08
179	M³	7	Madeira Roliça de eucalipto tratado diâmetro de 10 a 30cm, COM FRETE (M³)	R$ 1.372,78	R$ 9.609,46
180	M³	24	Madeira roliça de eucalipto vermelho, bruta, diâmetro médio de 40cm, com frete, comprimento da tora em média 10 metros, para pontes e pontilhões	R$ 1.702,11	R$ 40.850,64
181	M³	25	Madeira serrada bruta de eucalipto (tábuas, caibros, vigas, ripão, ripas...), conforme necessidade, COM FRETE (M³)	R$ 1.443,81	R$ 36.095,25
182	M³	25	Madeira serrada de eucalipto tratada (tábuas, caibros, vigas, ripão, ripas e outros), conforme necessidade, COM FRETE (M³)	R$ 2.162,77	R$ 54.069,25
183	M³	25	Madeira serrada de eucalipto VERMELHO, bruta (tábuas, caibros, vigas, ripão, ripas,...), conforme necessidade, COM FRETE (M³)	R$ 1.658,49	R$ 41.462,25
184	M³	25	Madeira serrada de pinus (tábuas, caibros, vigas, ripão, ripas...), conforme necessidade, COM FRETE (M³)	R$ 1.664,97	R$ 41.624,25
185	M³	10	Madeira serrada de pinus, plainada, (tábuas, caibros, vigas, ripão, ripas...), conforme necessidade, COM FRETE (M³)	R$ 2.142,33	R$ 21.423,30
186	UNID	42	Madeirite, chapa de 1,10x2,20 com 10mm de espessura (UND)	R$ 106,89	R$ 4.489,38
187	UNID	26	Malha / Tela de aço soldada nervurado 4,2mm (espessura) 15x15cm (malha), 2,45x6,00m, preço por unidade de malha (UND)	R$ 184,05	R$ 4.785,30
188	M	12	Mangueira em PVC 3/8 Pol. X 4,0 mm com trama de fio de poliéster, tipo flexível, produzida conforme norma NBR 8613/99, para instalações domésticas de gás liquefeito de petróleo - GLP. (M)	R$ 19,04	R$ 228,48
189	M	30	Mangueira flexível cromada para gás, reforçada com fibra têxtil com certificação NBR 8613 e selo do Inmetro, padrão de 10 mm (3/8" ou 5/16) com validade mínima de 5 anos.	R$ 12,98	R$ 389,40
190	M	90	Mangueira para jardim siliconada 1/2", reforçada, espessura parede 2,0mm, trançada, super maleável, dupla camada (M)	R$ 4,20	R$ 378,00
191	ROLO	3	Manta asfáltica aluminizada, largura 30cm, rolo de 10 metros	R$ 54,59	R$ 163,77
192	UNID	2	Marreta 2,0kg com cabo. (UND)	R$ 71,54	R$ 143,08
193	UNID	3	Martelo de unha polido 29 mm, cabeça fabricada em aço forjado especial temperado com cabo de fibra com revestimento em borracha termoplástica, medindo aproximadamente 32cm.	R$ 38,38	R$ 115,14
194	UNID	2	Mascara de seguranca para solda com escudo de celeron e carneira de plastico com regulagem (UND)	R$ 102,68	R$ 205,36
195	BD	3	Massa acrílica (interno e externo) 25kg (BD)	R$ 85,49	R$256,47
196	BD	5	Massa corrida 25kg (BD)	R$ 74,44	R$ 372,20
197	UNID	145	Mourão de concreto curto, seção 10 x 10cm, altura 2,60m + curva 0,40m (UND)	R$ 65,46	R$ 9.491,70

198	UNID	23	Óleo desengripante 300ml, composição nafta de petróleo, óleos de petróleo, propano e butano. (UND)	R$ 18,57	R$ 427,11
199	UNID	4	Pá em aço SAE 1045 com cabo de madeira, medida do olho de no mínimo 35,0mm, cabo de 1,50m. (UND)	R$ 49,15	R$ 196,60
200	UNID	1	Par de hélice / faca / lâmina para Trator Troy Bilt Cortador de grama Mdt 21" (PAR)	R$ 361,66	R$ 361,66
201	UNID	1	Parafusadeira/Furadeira impacto a Bateria 20V, com Carregador, 2 Baterias e Maleta. Velocidade variável e reversível, 0-500 / 0-1750 rpm. Torque 65Nm, 15 posições de torque, mandril 13mm. (UND)	R$ 1.116,64	R$ 1.116,64
202	UNID	14	Parafuso de Fixação para Pia ou Vaso Sanitário bucha 8mm comprimento 7cm diâmetro 5mm fabricado em latão. Kit com 2 parafusos e buchas (UND)	R$ 9,83	R$ 137,62
203	CAIXA	1	Parafuso para forro de PVC, tamanho 4,2 X 13mm - Caixa com 500 Unidades(UND)	R$ 36,32	R$ 36,32
204	CAIXA	80	Parafuso rosca soberba cabeça chata Philips, 4,5 x 50mm, Caixa com 50 Unidades	R$ 5,55	R$ 444,00
205	TON	500	Pedrisco, brita 0, incluso frete (tonelada) (T)	R$ 77,95	R$ 38.975,00
206	UNID	4	Pincel 1 polegada, 25mm, cerdas com filamento sintético, para pintura em geral em parede. (UND)	R$ 2,33	R$ 9,32
207	UNID	8	Pincel 3 polegadas, 75mm, cerdas com filamento sintético, para pintura em geral em parede. (UND)	R$ 12,55	R$ 100,40
208	UNID	2	Pistola aplicadora de silicone. (UND)	R$ 38,02	R$ 76,04
209	UNID	5	Plug fêmea 2p+T 10A. (UND)	R$ 3,08	R$ 15,40
210	UNID	5	Plug fêmea 2p+T 20A (UND)	R$ 13,97	R$ 69,85
211	UNID	5	Plug macho 2p+T 10A. (UND)	R$ 6,62	R$ 33,10
212	UNID	5	Plug macho 2p+T 20A (UND)	R$ 7,82	R$ 39,10
213	UNID	4	Pneu para carrinho de mão 4 lonas 3,5 x 8", capacidade de carga de pelo menos 100kg	R$ 30,89	R$ 123,56
214	TON	300	Pó de pedra, incluso frete (tonelada) (T)	R$ 80,42	R$ 24.126,00
215	M²	14	Porta de abrir em alumínio com lambri horizontal/laminada ou veneziana, metade superior para vidro, inclusive vidros, acabamento anodizado natural ou branco, sem guarnição/alisar/vista. diversos tamanhos, inclusive fechamento superior com vidro fixo, se necessário, incluso marco, kit completo, inclusive fechadura, fornecimento e instalação, instalada, custo por metro quadrado do vão a ser instalada. (m2)	R$ 988,84	R$ 13.843,76
216	UNID	3	Porta de abrir em alumínio com lambri horizontal/laminada, acabamento anodizado natural, sem guarnição/alisar/vista. 0,90 x 2,10 m, incluso marco e instalação, kit completo, inclusive fechadura (UND)	R$ 1.533,74	R$ 4.601,22
217	UNID	3	Porta de madeira, com moldura, de 0,90 x 210 cm, e = 35 mm, núcleo sarrafeado, capa lisa em HDF, acabamento em primer para pintura, incluso marco, kit completo para instalação exceto fechadura (UND)	R$ 1.211,00	R$ 3.633,00
218	UNID	10	Poste de concreto armado duplo t, altura 8,0 metros, 150 dan, incluso frete (UND)	R$ 880,87	R$ 8.808,70
219	KG	10	Prego 12x12 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 16,24	R$ 162,40
220	KG	10	Prego 13x15 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 17,37	R$ 173,70
221	KG	10	Prego 15x18 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 15,23	R$ 152,30
222	KG	20	Prego 16x24 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 15,75	R$ 315,00
223	KG	40	Prego 18x30 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 15,64	R$ 625,60
224	KG	41	Prego 19x39 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 17,66	R$ 724,06
225	KG	50	Prego 22x48 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 15,44	R$ 772,00
226	KG	120	Prego 25x72 com cabeça, corpo liso, cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante. (KG)	R$ 22,11	R$ 2.653,20
227	KG	20	Prego grampo 1kg corpo liso, ponta chanfrada em ambas extremidades acabamento polido ou galvanizado (KG)	R$ 16,49	R$ 329,80

228	TON	750	Rachão - "pedra de mão", com dimensões entre 100 e 250 mm, incluso frete (tonelada) (T)	R$ 76,72	R$ 57.540,00
229	UNID	2	Rastelo de plástico para jardim, com 40cm, com cabo de madeira (UND)	R$ 20,71	R$ 41,42
230	UNID	300	Rebite de alumínio 3,2mm x 16mm (UND)	R$ 0,10	R$ 30,00
231	UNID	300	Rebite de alumínio 4,8mm x 25mm (UND)	R$ 0,29	R$ 87,00
232	UNID	8	Refletor 100W, IP66, com ajuste de cor (diversas cores), material alumínio, fluxo luminoso mínimo 8.000 lumens (UND)	R$ 77,59	R$ 620,72
233	UNID	21	Refletor 200W, IP65, eficiência luminosa mínima 80 lumens / watt, 220v, fluxo luminoso mínimo 16.000 lumens, cor fria 5000 ~6000 K, material alumínio (UND)	R$ 160,90	R$ 3.378,90
234	UNID	7	Refletor de LED, IP65, potência 50W, tensão 100-240V, temperatura da cor 6500K, formato RETANGULAR, fluxo luminoso mínimo 4.000 lumens (UND)	R$ 32,37	R$ 226,59
235	UNID	50	Refletor marca zagonel modelo zl 6005, potência de 180w, fluxo luminoso efetivo 23.200lm, eficácia luminosa 129 lm/w, bivolt, classe a de eficiência energética, lente de vidro e grau de proteção ip 67	R$ 1.064,41	R$ 53.220,50
236	UNID	15	Registro esfera 20mm pvc soldável, padrão de fabricação conforme nbr 5648 (UND)	R$ 11,44	R$ 171,60
237	UNID	15	Registro esfera 25mm pvc soldável, padrão de fabricação conforme nbr 5648 (UND)	R$ 8,19	R$ 122,85
238	UNID	3	Registro/válvula reguladora p/ botijão de gás GLP 13kg, constando a gravação do código do INMETRO e prazo de validade mínimo de 5 (cinco) anos. Compatível com fogão residencial de até 6 bocas. (UND)	R$ 52,19	R$ 156,57
239	UNID	25	Rejunte colorido, cimentício, 1kg (UND)	R$ 4,73	R$ 118,25
240	M²	60	Revestimento em cerâmica esmaltada extra, PEI 3, formato 33x55cm (M²)	R$ 42,62	R$ 2.557,20
241	M²	116	Revestimento em cerâmica esmaltada extra, PEI maior ou igual a 4, formato 40x40 até 55x55cm (M²)	R$ 50,48	R$ 5.855,68
242	UNID	2	Roçadeira motor 2T, cilindrada 37 ~40cc, potência 1.5kW, peso 7.5 ~8,5kg, capacidade do tanque 0,75 ~0,8 litros, incluso carretel para fio e lâmina 2 ou 3 facas, nível de ruído abaixo de 115 db, com sistema antivibração (UND)	R$ 2.635,46	R$ 5.270,92
243	UNID	3	Roda com pneu e câmara/ rolamento 3,25" x 8" para carrinho de mão, cap 100kg (UND)	R$ 85,44	R$ 256,32
244	BAR	6	Roda forro pvc, 10mm, barra de 6 metros (BAR)	R$ 33,51	R$ 201,06
245	UNID	4	Rolo para pintura antirrespingo, em espuma de poliéster, comprimento 23cm, com suporte metálico e com cabo em polipropileno resistente. (UND)	R$ 11,92	R$ 47,68
246	UNID	4	Rolo para pintura antirrespingo, em espuma de poliéster, comprimento 9cm, com suporte metálico e com cabo em polipropileno resistente. (UND)	R$ 5,52	R$ 22,08
247	UNID	2	Rolo para pintura antirrespingo, em lã com no mínimo 9mm, comprimento 23cm, com suporte metálico e com cabo em polipropileno resistente. (UND)	R$ 7,96	R$ 15,92
248	UNID	14	Selante elástico monocomponente a base de poliuretano para juntas diversas, PU, 280 ml (UND)	R$ 25,70	R$ 359,80
249	UNID	3	Sifão sanfonado universal 75cm (UND)	R$ 7,43	R$ 22,29
250	UNID	8	Sifão sanfonado universal longo 150cm (UND)	R$ 14,00	R$ 112,00
251	UNID	14	Silicone incolor bisnaga 280g (UND)	R$ 20,67	R$ 289,38
252	LTS	16	Solução limpadora para limpeza pesada, biodegradável, ph neutro, 1 litro (L)	R$ 5,11	R$ 81,76
253	UNID	19	Solvente (Thinner). Embalagem 900 ml. (UND)	R$ 17,06	R$ 324,14
254	UNID	21	Solvente para tinta esmalte sintético (Aguarrás). Embalagem 900 ml. (UND)	R$ 15,27	R$ 320,67
255	UNID	36	Spray para superfícies metálicas, suporta altas temperaturas (até 600°C). Embalagem 250g / 300ml (UND)	R$ 23,38	R$ 841,68
256	UNID	7	Spray uso geral primer cinza para superfícies metálicas. Embalagem 400ml (UND)	R$ 51,24	R$ 358,68
257	UNID	10	Suporte para Lâmpada plafon soquete porcelana (UND)	R$ 4,41	R$ 44,10
258	UNID	3	Suporte plástico para papel higiênico de plastico, tipo rolão (UND)	R$ 24,94	R$ 74,82
259	UNID	10	Tê de luz 2P+T 10A. (UND)	R$ 7,95	R$ 79,50
260	UNID	5	Tê de luz 2P+T 20A (UND)	R$ 5,90	R$ 29,50

261	UNID	50	Tê pvc soldável marrom 20mm, padrão de fabricação conforme nbr 5648 (UND)	R$ 0,79	R$ 39,50
262	UNID	20	Tê pvc soldável marrom 25mm, padrão de fabricação conforme nbr 5648 (UND)	R$ 1,05	R$ 21,00
263	M²	930	Tela de arame galvanizado, quadrangular/losangular, fio 2,11mm (14bwg), malha 8x8, altura conforme necessidade (custo por metro quadrado) (M²)	R$ 17,85	R$ 16.600,50
264	M²	45	Tela de arame galvanizado, retangular, fio 2,11mm (14bwg), malha 5x10, altura conforme necessidade (custo por metro quadrado) (M²)	R$ 14,11	R$ 634,95
265	UNID	14	Telha de fibrocimento medindo aproximadamente 1,53m x 1,10m x 6mm, ondulada. (UND)	R$ 44,24	R$ 619,36
266	UNID	60	Telha de fibrocimento medindo aproximadamente 1,83m x 1,10m x 6mm, ondulada. (UND)	R$ 50,55	R$ 3.033,00
267	UNID	28	Telha de fibrocimento medindo aproximadamente 2,44m x 1,10m x 6mm, ondulada. (UND)	R$ 62,26	R$ 1.743,28
268	M²	104	Telha ondulada de aço zincado, altura de 17mm, espessura de 0,50mm, largura útil de aprox. 985mm, sem pintura (custo por metro quadrado) (M²)	R$ 57,02	R$ 5.930,08
269	UNID	1350	Tijolo 6 furos de primeira qualidade, devendo apresentar tamanho, cor e superfície uniformes, livres de rachaduras, trincas, quebras, deformações ou irregularidades, medindo 9x14x24cm (largura x altura x comprimento). (UND)	R$ 1,12	R$ 1.512,00
270	UNID	1350	Tijolo 9 furos de primeira qualidade, devendo apresentar tamanho, cor e superfície uniformes, livres de rachaduras, trincas, quebras, deformações ou irregularidades, medindo 14x19x29cm (largura x altura x comprimento). (UND)	R$ 2,18	R$ 2.943,00
271	UNID	560	Tijolo maciço de primeira qualidade, devendo apresentar tamanho, cor e superfície uniformes, livres de rachaduras, trincas, quebras, deformações ou irregularidades, medindo 9x5,7x19 cm (largura x altura x comprimento). (UND)	R$ 2,10	R$ 1.176,00
272	LATA	10	Tinta acrílica (fosco, semibrilho ou brilhante), de 1º linha, para uso interno e externo. Cores claras (Creme, Bege, Cinza, Branca, palha, areia, etc... Cor a escolher conforme necessidade). Embalagem contendo no mínimo 18lts. (LT)	R$ 147,83	R$ 1.478,30
273	LATA	12	Tinta acrílica (fosco, semibrilho ou brilhante), de 1º linha, para uso interno e externo. Cores escuras (Vermelho, Verde, Azul, Laranja, amarelo, etc... Cor a escolher conforme necessidade). Embalagem contendo no mínimo 18lts. (LT)	R$ 288,02	R$ 3.456,24
274	LATA	14	Tinta acrílica (fosco, semibrilho ou brilhante), de claras (Creme, Bege, Cinza, Branca, palha, areia, etc... Cor a escolher conforme necessidade). 1º linha, para uso interno e externo. Cores Embalagem contendo no mínimo 3,6lts. (LT)	R$ 68,60	R$ 960,40
275	LATA	14	Tinta esmalte sintético a base de solvente, de 1º linha. Cores claras (Creme, Bege, Cinza, Branca, palha, areia, etc... Cor a escolher conforme necessidade). Embalagem contendo no mínimo 3,6lts. (LT)	R$ 65,19	R$ 912,66
276	LATA	7	Tinta esmalte sintético a base de solvente, de 1º linha. Cores escuras a escolher conforme necessidade). Embalagem contendo no mínimo 3,6l	R$ 68,34	R$ 478,38
277	LATA	5	Tinta para piso, a base de água, de 1º linha. Embalagem contendo no mínimo 18lts. (LT)	R$ 259,14	R$ 1.295,70
278	UNID	2	Toalheiro plástico tipo dispenser para papel toalha. (UND)	R$ 65,61	R$ 131,22
279	UNID	10	Tomada de sobrepor 2P+T 10A para 250V com placa e módulo (UND)	R$ 22,80	R$ 228,00
280	UNID	1	Torneira de boia convencional para caixa d'agua, 1", agua fria, com haste e torneira metalicos e balao plastico (UND)	R$ 50,10	R$ 50,10
281	UNID	9	Torneira de boia convencional para caixa d'agua, agua fria, 3/4", com haste e torneira metalicos e balao plastico (UND)	R$ 24,20	R$ 217,80
282	UNID	7	Torneira de lavatório (banheiro), abertura 1/4 de giro, longa, metálica, bica alta (altura de 17 a 21cm) (UND)	R$ 67,04	R$ 469,28

283	UNID	9	Torneira de pia de cozinha abertura 1/4 de giro, longa, metálica, bica alta (altura de 23 a 27cm) (UND)	R$ 85,52	R$ 769,68
284	UNID	2	Torneira elétrica para pia de cozinha, de bancada ou de parede, com resistência blindada	R$ 198,33	R$ 396,66
285	UNID	9	Torneira metalica cromada de mesa, para lavatorio, temporizada pressao fechamento automatico, bica baixa (UND)	R$ 101,52	R$ 913,68
286	UNID	10	Torneira metálica para bebedouro 1/2 x 3/4	R$ 74,55	R$ 745,50
287	UNID	14	Torneira para banheiro/pia, de plástico, branca, dimensões mínimas 28 x 15 x 7,5 cm, com registro 1/4 ~1/2 de volta (UND)	R$ 7,53	R$ 105,42
288	UNID	60	Torneira preta para jardim com adaptador 1/2" para 3/4" com rosca para mangueira (UND)	R$ 4,67	R$ 280,20
289	BARRA	36	Treliça tg8 6,0mm x 4,2mm x 4,2mm, altura 8cm, comprimento 6 metros (BAR)	R$ 45,10	R$ 1.623,60
290	UNID	8	Trena em aço de 5 metros - Caixa em PVC Rígido, emborrachado, com sistema de trava e alça, com lâmina na largura de 19mm - com ponta magnética - graduação em milímetros e polegadas (UND)	R$ 20,49	R$ 163,92
291	UNID	2	Trena longa profissional com fita de PVC de 50 metros (UND)	R$ 48,17	R$ 96,34
292	UNID	3	Trincha cerda branca 3" (UND)	R$ 6,77	R$ 20,31
293	BARRA	21	Tubo pvc 100mm para esgoto sanitário barra 6 metros, padrão de fabricação conforme nbr 5688 (BAR)	R$ 62,43	R$ 1.311,03
294	BARRA	9	Tubo pvc 150mm para esgoto sanitário barra 6 metros, padrão de fabricação conforme nbr 5688 (BAR)	R$ 167,38	R$ 1.506,42
295	BARRA	14	Tubo PVC 50mm para esgoto sanitário barra 6 metros, padrão de fabricação conforme nbr 5688 (BAR)	R$ 40,44	R$ 566,16
296	UNID	5	Valvula em plastico branco para lavatorio 1 '', sem ladrao (UND)	R$ 5,23	R$ 26,15
297	UNID	2	Valvula redutora de pressao em latão com manometro integrado 3/4", para regular pressão, pressão mínima 10mca, pressão máxima 100mca (UND)	R$ 168,81	R$ 337,62
298	UNID	2	Vaso sanitário infantil com caixa acoplada. Saída de esgoto vertical e botão superior de simples acionamento. Altura 30,50cm, largura de 31cm. (UND)	R$ 689,25	R$ 1.378,50
299	UNID	20	Vassoura de palha artesanal reforçada com cabo, largura mínima 35cm	R$ 37,05	R$ 741,00
300	LATA	1	Verniz incolor ou pigmentado, a base de solvente, embalagem com 18l (LT)	R$ 855,55	R$ 855,55
301	LATA	14	Verniz incolor ou pigmentado, a base de solvente, embalagem com 3,6l (LT)	R$ 113,52	R$ 1.589,28
			VALOR TOTAL ESTIMADO		**R$ 906.010,75**

2.2. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e no Termo de Referência (ANEXO II)

2.3. Valor do objeto: R$ 906.010,11 (novecentos e seis mil, dez reais e setenta e cinco centavos).

2.4. SUBCONTRATAÇÃO: Na execução do contrato É VEDADA ao CONTRATADO a subcontratação do objeto.

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da contratação objeto deste certame correrão à conta de recursos consignados no orçamento vigente do Município de Presidente Castello Branco/SC, em dotação orçamentária própria, conforme parecer contábil constante nos autos do processo administrativo que instrui a presente licitação.

3.2. As quantidades a serem contratadas estão fundamentadas de acordo com o estudo técnico preliminar (ANEXO I).

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na

aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º).

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);
Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).
III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);
Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).
IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);
Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).
V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);
VI - Que os sócios da proponente não sejam parentes, consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com agentes políticos do Poder Executivo, cujas informações, quanto aos ocupantes de tais cargos poderão ser obtidas no sítio eletrônico https://castellobranco.sc.gov.br/.
VII - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);
VIII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil,

por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

IX - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

X - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

XI - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

XII - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

5.2. O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (ANEXO IV).

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem

moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13. A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail licitacao@castellobranco.sc.gov.br .

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.2. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

I - Sociedade empresária;
II - Sociedade simples;
III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
IV - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:
a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, *caput*);
b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o

exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

7.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - No caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
II - No caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
III - No caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.4. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;
III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do Código Civil.

7.5. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:

§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:

§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.6. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

7.7. Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (ANEXO V) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

7.8. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

7.9 O presente processo licitatório não se enquadra nas exceções previstas no § 1º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021. A licitação será realizada com tratamento favorecido e diferenciado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI) e sociedades cooperativas equiparadas, nos termos da legislação aplicável. Assim, em

atendimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens cujo valor estimado individual seja igual ou inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de ME, EPP, MEI e sociedades cooperativas equiparadas.

7.9.1 Ressalta-se que o Item 29, por apresentar valor estimado superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será exclusivo, sendo destinado à ampla concorrência, assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto à eventual aplicação da cota reservada, nos termos do art. 48, inciso III, da referida Lei.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

8.4. Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º).

8.6. A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);
III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;
IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;
VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II).

12. DAS PROPOSTAS

12.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.1.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal (art. 24);
II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).

12.1.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal[1].

12.1.3. O licitante deverá CADASTRAR e ANEXAR a proposta devidamente assinada exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta. (Modelo de Proposta ANEXO VI).

12.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.1.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.1.6. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

12.1.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.1.8. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma www.portaldecompras.com.br.

12.1.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **pregoeiro** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.1.10. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.1.11. Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.1.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO

ABERTO:

a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;
e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
f) Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

[1] **Violação de sigilo em licitação**
Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:
Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

g) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.1.13. No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
II - **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos **será** realizada **em nome do licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

13.3. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal[2].

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

I - Contiverem vícios insanáveis;
II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3. EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

---

[2] ***Contratação inidônea***
Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:
Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.
§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:
Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.
*§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.*

14.3.2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: no caso de a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º).

14.3.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: 70% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal
II - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: 75% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

14.4. EMPATE:

14.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;
III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
II - Empresas brasileiras;
III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;
II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.6. NEGOCIAÇÃO:

14.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3. A negociação será conduzida pelo **pregoeiro**, conforme regulamento municipal 365/2022, realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.7. Se a proposta for desclassificada o **pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação.

15.2. O **pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

15.3. As declarações exigidas neste edital NÃO poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema

15.4. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, a título de esclarecimentos o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

15.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.7. Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

15.8. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.9. PESSOA JURÍDICA:

I - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei – ANEXO VII (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

II - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – ANEXO VIII (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

III - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Comprovação de existência jurídica da pessoa (art. 66, *caput*):

- Cartão CNPJ; Possuir aptidão para o item cotado.
- Contrato social e suas alterações, caso haja.

IV - HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI);

b) O licitante deverá apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

V - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (art. 68, § 1º).

b) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);

c) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);

d) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);

e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI).

VI - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, II);

15.10. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

I - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);
II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);
III - Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);
IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

16.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

16.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021_caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5. A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18. CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1. REGRAS GERAIS

18.1.1. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.1. Para assinatura do contrato, sob pena de não celebrar o referido documento sofrendo as penalidades impostas pelo edital, deverá o vencedor apresentar os seguintes documentos:

18.1.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.3. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.7. É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, *caput* da Lei nº 14.133/2021)

18.1.3.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento (art. 91, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4. Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1. O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, II c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice INPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2.1. Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

18.1.5. O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

18.1.6. No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);
II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

18.1.7. Obrigações do CONTRATADO:
- **a)** Agir de modo idôneo;
- **b)** Cumprir todos os termos do edital;
- **c)** Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, contratual, como formar o quadro de pessoal necessário para cumprimento do objeto contratado;
- **d)** A contratada é responsável por fornecer os materiais conforme especificado no contrato. Isso inclui garantir a qualidade, a quantidade e a conformidade dos materiais entregues com as especificações acordadas;
- **e)** A contratada deve cumprir os prazos estabelecidos para a entrega dos materiais;
- **f)** A contratada deve obedecer a todas as normas, regulamentos e requisitos aplicáveis durante o fornecimento.

18.1.8. Obrigações do CONTRATANTE:

- **a)** Deverá ser informado o prazo, o local/endereço e o horário se for o caso, para a entrega do objeto;
- **b)** Efetuar o pagamento da contratada nos prazos mencionados no edital de licitação;
- **c)** Agendar as revisões para manutenção da garantia em prazo razoável;
- **d)** Fiscalizar a execução correta do serviço contratado;

18.1.9. EXTINÇÃO CONTRATUAL: Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
g) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
h) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.9.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos b, c e d observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.9.2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.9.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.1.9.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.1.9.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;
b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
c) Execução da garantia contratual para:
i. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
ii. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
iii. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
iv. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
v. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.1.9.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos a e b ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.1.9.4.2. Na hipótese do inciso b o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

18.1.9.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.2. GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.2.1 O Município reserva-se o direito de fiscalizar o fornecimento/execução do serviço através de Servidor competente, designado através de Portaria Executiva.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto será recebido (art. 140, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

I - Em se tratando de obras e serviços:
a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:
a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em

desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

19.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

19.4. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos (é admitida a previsão de prazo de garantia superior – a critério da Administração), da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

20. PAGAMENTO DO OBJETO

20.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

I - Fornecimento de bens;
II - Locações;
III - Prestação de serviços;
IV - Realização de obras.

20.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

20.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.4. A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

20.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

20.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

20.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

20.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

20.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

20.8 O pagamento será efetuado através da apresentação de nota fiscal e podendo ser quinzenalmente a critério da administração municipal.

20.9 O fornecedor deverá observar o Decreto D/6.040/2023 referente a retenção do IRRF**.**

20.10 O fornecedor deverá informar conta bancária de sua titularidade em banco conveniado com o Município, ou apresentar boleto bancário no qual conste como beneficiário. Caso contrário, serão deduzidas do pagamento as tarifas bancárias cobradas pela instituição conveniada para efetuar a transferência para outra instituição bancária.

21. PENALIDADES

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

21.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

II -	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Presidente Castello Branco, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
IV -	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 22.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
II - Incisos III e IV do item 22.1:
a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
e) A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

21.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

21.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

21.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

21.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

21.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal N°369/202 (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 22.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

21.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Presidente Castello Branco, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
II - Pagamento da multa;
III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. É facultado ao **pregoeiro** ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

22.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Presidente Castello Branco, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

22.4. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
II - Página do Município de Presidente Castello Branco (https://castellobranco.sc.gov.br/);
III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
IV - Plataforma www.portalcompraspublicas.com.br
V - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

22.5. São anexos deste edital:

I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
II - Termo de Referência – TR
III - Declaração inexistência de impedimentos
IV - Declaração LGPD
V - Declaração para LC 123/2006
VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º
VII - Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação.
VIII - Declaração art. 63, IV – PCD e reabilitado da Previdência Social
IX - Contrato Administrativo

22.6. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca CONCÓRDIA-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Presidente Castello Branco, 11 de novembro de 2026.

EDENILSON DOMINGOS ZENI:02125265966
Assinado de forma digital por EDENILSON DOMINGOS ZENI:02125265966
Dados: 2026.11.11 08:48:09 -03'00'

EDENILSON DOMINGOS ZENI
Pregoeiro

NEIVA KLEEMANN TONIELO
Prefeita Municipal

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II - TERMO DE REFEFERÊNCIA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

_____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO IV

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento, de um lado, **Município de Presidente Castello Branco**, neste ato representado pelo conforme estabelecido em seu contrato social ("Parte Reveladora") e, de outro lado, a **empresa .....**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede ....., neste ato representada pelo seu representante legal. ..... CPF .....XXXXX.....("Parte Receptora"), resolvem, em comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada aos dados fornecidos para a confecção do contrato/ata assinado juntamente com o Município de Presidente Castello Branco-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas ao contrato assinado/ata homologada que a Parte Receptora vier a ter acesso em decorrência dos serviços prestados à Parte Reveladora ("Informações Confidenciais").

2.1.1. Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelo Município de Presidente Castello Branco, Parte Reveladora, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados "LGPD") ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da Parte Reveladora.

2.2. A revelação das Informações Confidenciais não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a Parte Receptora.

2.3. A Parte Receptora se compromete a:

a) Utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à Parte Reveladora;

b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstendo-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;

c) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;

d) A não revelar as Informações Confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da Parte Reveladora. Ainda, em caso de revelação das informações, a Parte Receptora se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,

e) Informar imediatamente à Parte Reveladora qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

2.4. As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer Informações Confidenciais que:

a) Anteriormente ao seu recebimento pela Parte Receptora tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da Parte Receptora por uma fonte que não a Parte Reveladora;
ou

b) Após o recebimento pela Parte Receptora, tenham tornado-se públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1. Serão aplicáveis a este instrumento, as "Leis Aplicáveis à Proteção de Dados" que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

3.2. A Parte Receptora declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela Parte Reveladora e seus clientes ("dados protegidos"), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3.3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei nº 13.709/2018 – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

3.4. A Parte Receptora somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da Parte Reveladora, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

3.5. A Parte Receptora tratará os dados pessoais em nome da Parte Reveladora e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela Parte Reveladora. Caso a Parte Receptora considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a Parte Receptora prontamente notificará a Parte Reveladora e aguardará novas instruções.

3.6. Se aplicável, a Parte Receptora se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados e as instruções transmitidas pela Parte Reveladora. A Parte Receptora se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

3.7. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da Parte Receptora relativas ao tratamento de dados pessoais, a Parte Receptora submeterá esse pedido à apreciação da Parte Reveladora. A Parte Receptora não poderá, sem instruções prévias da Parte Reveladora, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

4.2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

4.3. O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4.4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

4.5. A Parte Receptora declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP).

4.6. Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a Parte Receptora teve acesso à primeira informação confidencial relacionada ao contrato/ata assinado juntamente com o Município de Presidente Castello Branco sendo que todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a Parte Reveladora autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

4.7. As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

4.8. Através deste instrumento, a Parte Receptora cede à Parte Reveladora todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.
4.9. A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Parte Receptora ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
5.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

(LOCAL), (DATA).

_____
Responsável pelo Município de Presidente Castello Branco

_____
Razão Social do Contratado

Testemunha 1: **Nome:** **CPF:**	**Testemunha 2:** **Nome:** **CPF:**

ANEXO V

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

_____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VI

PROPOSTA

DESCRIÇÃO DO OBJETO	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**
VALOR TOTAL **AGENCIA E CONTA CORRENTE**			

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Também DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

_____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VII

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

_____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

_____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO IX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/202X

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sra. Neiva Kleemann Tonielo**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 533.236.029-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, inscrita no CNPJ nº 000, estabelecida em XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente XXX, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 107/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026, homologado em 00/00/202X, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1. O objeto deste processo licitatório é a aquisição de materiais de construção diversos, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Presidente Castello Branco/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 107/2026, MODALIDADE Pregão Eletrônico nº 54/2026, homologado em 00/00/202X, e à proposta do licitante vencedor XXX.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

1. O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime Execução: Indireta**.**

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço total de R$ xxxxx (xxxxx reais).

2. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

3. A entrega irá ocorrer de forma parcelada, sendo assim o pagamento será efetuado através da apresentação de nota fiscal ou podendo ser quinzenalmente a critério da administração municipal.

4. O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do serviço e somente será reajustado passado 12 meses do contrato, se renovado, utilizando-se o índice IPCA.

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, VI)

1. CRITÉRIOS DA MEDIÇÃO:

2. PERIDIOCIDADE DA MEDIÇÃO:

3. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO:

4. PRAZO PARA PAGAMENTO:

CLÁUSULA SETIMA: O PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA. OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

1. O prazo de prestação dos serviços iniciar-se-á em xx de xxx de 202X com término em xx de xxxx de 202X.

2. A entrega dos produtos irá ocorrer de forma parcelada, conforme as necessidades do município CONTRATANTE, enquanto os serviços terão os seguintes prazos:

a) PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:

b) PRAZO DE CONCLUSÃO:

c) PRAZO DE ENTREGA:

d) PRAZO DE OBSERVAÇÃO:

e) PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO:

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

1. As despesas decorrentes da contratação objeto deste certame correrão à conta de recursos consignados no orçamento vigente do Município de Presidente Castello Branco/SC, em dotação orçamentária própria, conforme parecer contábil constante nos autos do processo administrativo que instrui a presente licitação.

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

1. O prazo de resposta ao pedido de repactuação será de 30 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)

1. O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/21, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

1.1 Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XIII)

1. A CONTRATADA deverá obedecer aos itens dispostos no edital + ETP + TR

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

1. São obrigações da CONTRATADA:
a) Agir de modo idôneo;
b) Cumprir todos os termos do edital;
c) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, contratual, como formar o quadro de pessoal necessário para cumprimento do objeto contratado;
d) A contratada é responsável por fornecer os materiais conforme especificado no contrato. Isso inclui garantir a qualidade, a quantidade e a conformidade dos materiais entregues com as especificações acordadas;
e) A contratada deve cumprir os prazos estabelecidos para a entrega dos materiais;
f) A contratada deve obedecer a todas as normas, regulamentos e requisitos aplicáveis durante o fornecimento.
2. São obrigações da CONTRATANTE:
a) Deverá ser informado o prazo, o local/endereço e o horário se for o caso, para a entrega do objeto;
b) Efetuar o pagamento da contratada nos prazos mencionados no edital de licitação;
c) Fiscalizar a execução correta do serviço contratado/bem adquirido.

3. Multas serão aplicadas conforme cláusula 21 do edital de licitação que deu origem a esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

1. A fiscalização e gestão do contrato se dará com o acompanhamento realizado pelo próprio munícipe que acompanha a prestação do serviço, além do gestor da pasta e consequentemente pela administração que monitora os relatórios de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- **a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- **b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- **c)** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- **d)** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- **e)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- **f)** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- **g)** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- **h)** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- **i)** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- **a)** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- **b)** Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- **a)** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- **b)** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- **c)** Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- **d)** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- **e)** Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;
b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
c) Pagamento do custo da desmobilização.

4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
c) Execução da garantia contratual para:
  i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO (art. 92, § 1º)

1. É declarado competente o foro de CONCÓRDIA-SC para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e

para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 *LGPD).

16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
II - Página do Município de Presidente Castello Branco (https://castellobranco.sc.gov.br/);
III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
IV - Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br .

(LOCAL), (DATA).

_____ Prefeito(a) do Município de XXX CONTRATANTE	_____ XXX – Empresa XXX CONTRATADO
1ª Testemunha Nome:	2ª Testemunha Nome: